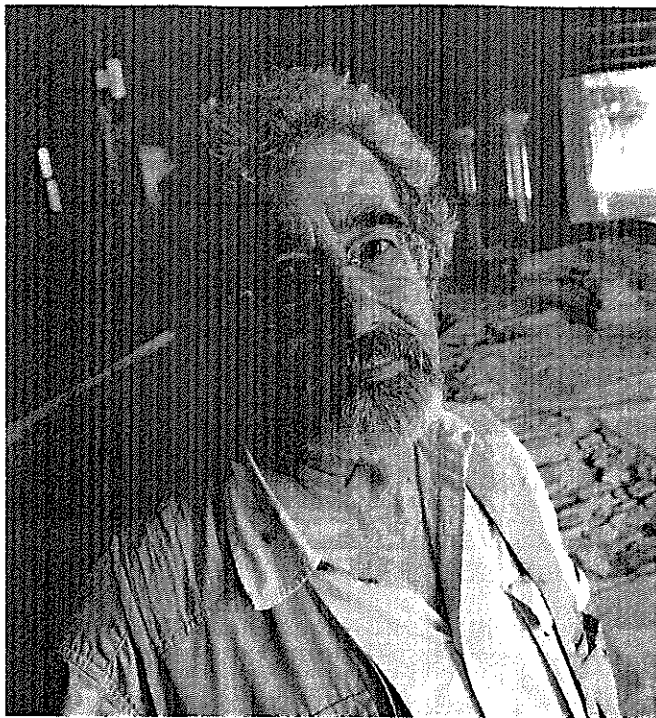


Andavam as escavadoras na rua principal de Mértola, no Alentejo, a fazer obras na rede de esgotos, quando apareceram subitamente à luz do dia as ruínas de um imponente mausoléu do séc. VI. Cláudio Torres, director do Campo Arqueológico de Mértola, parou as obras e quer musealizar a descoberta

O que torna este achado único?
Trata-se de um luxuoso mausoléu do séc. VI revestido de mosaicos e pinturas. As zonas de enterramento tinham abóbadas. No Ocidente ainda não aparecera nada assim, com esta monumentalidade. Apenas na Síria ou na Jordânia há algo semelhante. Só apanhámos a cripta, porque a parte de cima foi arrasada quando abriram a rua principal de Mértola. Felizmente agora estávamos cá, como fazemos sempre que há escavações na vila.

Suspeitava que pudesse haver algo assim em Mértola?
Sim. Estácio da Veiga, um arqueólogo do séc. XIX, andou por aqui em 1875, ano em que se registou uma grande cheia que deixou a descoberto uma série de lápides funerárias. Algumas das que encontrou estão escritas em grego, o que lhe chamou a atenção. Além disso, em 1980 encontrámos uma gigantesca basílica paleo-cristã do séc. V, que funcionou até ao séc. VIII, e que tinha zona de enterramento com uma centena de lápides. Hoje, a basílica é um museu de sítio, onde estão expostas as lápides encontradas por Estácio da Veiga.

Que significado tinha as lápides estarem escritas em grego?
Sabíamos já que para ali viera, no séc. VI, uma comunidade do Oriente, mais precisamente da Cirenaica, hoje território



Cláudio Torres

« Há um antes e um depois de Foz Côa na arqueologia portuguesa »

libio, mas que naquela altura era povoada por colonos gregos. Era uma comunidade urbana, de ricos comerciantes – dois dos seus membros foram até presbíteros da basílica. Eram pessoas ligadas ao rio, pois havia aqui na altura um porto importante. Sabemos também que pertenciam ao grupo de cristãos chamados monofisistas. No séc. VI havia dois grandes grupos de cristãos no Mediterrâneo, um ligado a Roma e Bizâncio e outro, o dos monofisistas, criado por Eutiques, que estava em guerra com o Papa. Encontrámos até duas lápides de pessoas com o nome de Eutiques.

As obras trouxeram o mausoléu à superfície. Mas tinha-lhes chamado obras «eleitoralistas»...

Foram decididas pelo anterior presidente da Câmara, Jorge Pulido (PS), que se foi embora para concorrer a Beja. Em vez de investir o dinheiro na «Cidade Velha», o *ex-libris* da vila e que está a cair, não fez isso, porque não dava votos. Moram lá poucas pessoas. Preferiu obras desnecessárias, no centro de Mértola. Mas há males que vêm por bem.

Como conta conseguir verba para a musealização?

Até os comerciantes já perceberam que pode ser ali criado um pólo de atracção, pois os turistas iam todos para a «Cidade Velha». Há um grupo de pessoas dispostas a investir. E o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico (Igespar) há-de também ajudar, além de que temos agora um bom diálogo com a Câmara. Arranja-se certamente uma solução.

Como vai o nosso património arquitectónico?

Ainda está tudo muito centralizado no Igespar. A arqueologia tem de ficar a uma escala mais próxima, mas as câmaras por vezes têm a tentação de apagar [os vestígios arqueológicos], por causa da especulação imobiliária. Veja-se o Algarve, que agora quer promover um turismo cultural e já pouco tem para salvar.

Há muita gente a trabalhar em arqueologia, mas falta uma certa coordenação des-

ses esforços.

Depois de Foz Côa, as câmaras começaram a preocupar-se com estes assuntos. Em Portugal existe um antes e um depois de Foz Côa. Muita gente ficou admirada como um pequeno país decidiu perder milhões (parando a construção da barragem), por causa de uns «risquinhos» encontrados. Agora todas as autarquias contratam um ou dois arqueólogos. E, de há uns dez anos para cá, surgiu a novidade de empresas de arqueologia, que vendem serviços às câmaras. Umam trabalham muito bem e outras menos bem, à pressa, para resolver o problema ao empregador.

Mas diz que a descentralização não deve ser feita a nível das câmaras...

Não, até por causa dos grupos político-partidários que se digladiam. Tem de ser pensada à escala da região, para incluir não só a arqueologia de subterrâneo mas também a de superfície, a paisagem, as aldeias, a arquitectura popular, os caminhos. Nas Beiras há pedras de muros de separação de propriedades que estão a ser vendidas, em camiões, para Espanha, como peças de